

RESISTIR

RESISTIR À PRECARIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE E ÀS PERDAS SALARIAIS

Com a segmentação da carreira docente ao longo dos anos, a remuneração perdeu poder de compra e as condições de trabalho pioraram. A proposta do executivo para o orçamento de 2020 não prevê reajuste salarial nem reposição da inflação para o serviço público federal. As diversas rubricas de remuneração que se somam ao vencimento base do professorado podem não ser pagas. Aumentaram também as pressões pelo produtivismo exacerbado e as perspectivas de futuro apontam para adoecimento físico e mental. Tudo que conquistamos na carreira docente nas últimas décadas foi fruto da nossa mobilização nacional. É fundamental participarmos das lutas de nossa categoria no conjunto das lutas dos trabalhadores. ●

RESISTIR AOS CORTES À PESQUISA E EXTENSÃO; RESISTIR À BUROCRATIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Vivemos o aumento da pressão para que a universidade pública produza pesquisa que sirva às empresas, acompanhado da desvalorização das ações de extensão pública, gratuita e aberta à comunidade e de uma sobrecarga de tarefas administrativas para os docentes. De um lado, as verbas para as instituições de pesquisa são minadas, como nos sucessivos cortes à FAPEMIG, à CAPES e aos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. De outro, aumenta a já excessiva burocracia nas atribuições docentes. Isso decorre também do déficit de pessoal TAE, fato que acarreta excesso de trabalho e pressão também para os técnicos administrativos, piorando as condições cotidianas de trabalho. Por isso, se põe necessária a defesa de concursos públicos imediatos, de TAE's e professores, para reduzir a sobrecarga de trabalho e manter a qualidade do ensino universitário público. ●



RESISTIR AOS CORTES À PESQUISA E EXTENSÃO; RESISTIR À BUROCRATIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Vivemos o aumento da pressão para que a universidade pública produza pesquisa que sirva às empresas, acompanhado da desvalorização das ações de extensão pública, gratuita e aberta à comunidade e de uma sobrecarga de tarefas administrativas para os docentes. De um lado, as verbas para as instituições de pesquisa são minadas, como nos sucessivos cortes à FAPEMIG, à CAPES e aos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. De outro, aumenta a já excessiva burocracia nas atribuições docentes. Isso decorre também do déficit de pessoal TAE, fato que acarreta excesso de trabalho e pressão também para os técnicos administrativos, piorando as condições cotidianas de trabalho. Por isso, se põe necessária a defesa de concursos públicos imediatos, de TAE's e professores, para reduzir a sobrecarga de trabalho e manter a qualidade do ensino universitário público. ●

RESISTIR AOS CORTES DE VERBA PÚBLICA E À PRIVATIZAÇÃO

Os sucessivos cortes de verba, em especial com a EC 95/2016 que fixou o teto de gastos públicos, levaram ao estrangulamento dos investimentos na Educação Pública. Tais medidas conduzem muitas Universidades do país à beira do colapso. Com a míngua do financiamento, iniciam-se buscas



desesperadas para salvação das condições de trabalho via capitais privados, que corroem a autonomia – docente e Universitária – e acorrentam ciência e tecnologia a interesses privados. Propõem o fim da gratuidade da Universidade pública, mas sabemos que hoje 66 % dos estudantes das Universidades Federais são de famílias com renda mensal menor que 1,5 salário mínimo. A privatização se dá também pelo estímulo ultraindividualista e neoliberal à competição entre colegas, fomentando o empreendedorismo acadêmico. Defender o investimento público na Educação Pública é defender nossa autonomia, as boas relações no ambiente de trabalho, a qualidade da educação pública, a inclusão e a diminuição das desigualdades. ●

RESISTIR À REFORMA DA PREVIDÊNCIA: NÃO VAMOS MORRER TRABALHANDO!

A “Reforma” da Previdência é um pacote de ataques às condições de vida de quem trabalha e um presente ao capital financeiro. As mudanças propostas afetam principalmente as mulheres, os trabalhadores rurais, idosos e incapazes em condições de pobreza extrema, mas também os docentes e servidores públicos. É o que observamos com a proposta de aumento do tempo de contribuição para 40 anos para aposentadoria integral e aumento da idade mínima para 62 anos (mulher) e 65 anos (homem). Mais grave é a implantação do regime de capitalização e a destruição do regime atual de repartição entre as distintas gerações. A capitalização é uma poupança individual sujeita às aplicações do sistema financeiro, um modelo já rechaçado no Chile e em outros países, por levar os idosos à miséria e ao recebimento de aposentadorias cujo o valor médio é um terço do último salário. A situação se agrava com a desconstitucionalização da previdência e a retirada anual de 30% da sua receita com a DRU (Desvinculação das Receitas da União). Todos os docentes sofrerão pesadas consequências no futuro. E ainda mais grave é a situação de quem está na carreira EBTT (Ensino Básico Técnico e Tecnológico), que poderá perder sua condição de aposentadoria especial. ●

RESISTIR ÀS AMEAÇAS À LIBERDADE DE PENSAMENTO, EXPRESSÃO E ENSINO

Em tempos de ascensão conservadora no país, assolam os corredores universitários e as redes sociais, as ameaças difusas e o clima de perseguição contra o professorado, suposto difusor do “marxismo cultural”. Medidas arbitrárias, como prisões e conduções coercitivas de docentes que buscam proteger seus alunos da violência policial no espaço escolar, vêm se tornando cada vez mais comuns. Ações de movimentos como o Escola Sem Partido resvalam em nossas liberdades como pesquisadores e professores. Em defesa de nossa autonomia e liberdade! Que siga a Universidade pública um espaço democrático de livre pensamento! ●

RESISTIR AOS FATORES DE ADOECIMENTO E AOS ASSÉDIOS

A intensificação do adoecimento das professoras e dos professores é uma das consequências do excesso de trabalho, da burocracia e da lógica privatizante da universidade. Pressão, assédios - morais e sexuais -, cumprimento de exigências como as de publicação exacerbada, e a lógica de competição são condicionantes estruturais do adoecimento físico e mental dos docentes. Mostrando que a precarização da universidade incide também na precarização de nossas vidas, recentemente, cassaram o pagamento de adicionais de insalubridade aos professores e professoras sujeitos a agentes nocivos à saúde - o que o APUBH conseguiu reverter judicialmente. ●

RESISTIR À ELITIZAÇÃO E À EXCLUSÃO NA UNIVERSIDADE

Grande ganho social do último período, as políticas afirmativas para ingresso na Universidade - tanto no quadro discente como no serviço público - estão sob a mira do retrocesso. Não só a diminuição dos percentuais das vagas reservadas se coloca nesse horizonte. Também observamos manobras como a lei federal recém proposta para o fim das cotas raciais, bem como o lançamento de editais com vaga única que impedem a implementação da política de cotas raciais para ingresso no serviço público. Queremos uma universidade plural, inclusiva e popular! ●



FORTALECER

FORTALECER SEU SINDICATO É RESISTIR AO RETROCESSO!

Nossa união é fundamental para enfrentar a agenda de retrocessos sociais já implementados e por implementar. O governo Bolsonaro sabe disso, e por essa razão não mede esforços para atacar os instrumentos de ação coletiva das trabalhadoras e dos trabalhadores do país. O recente caso da Medida Provisória 873/2019, que impede o desconto em folha de ponto das contribuições sindicais, é apenas uma dessas facetas de intensificação da perseguição e criminalização de quem luta. Felizmente, o jurídico do APUBH impediu, ainda que temporariamente, com uma liminar, essa situação. Nosso fortalecimento contra todas as medidas que se colocam em marcha é fundamental para que sigamos sustentando boas condições de trabalho, tanto no que se refere às condições materiais para nossas atividades, quanto naquilo que alcança nossas relações pessoais na Universidade. ●



Associe-se ao APUBH,
participe de nossas assembleias,
construa cotidianamente seu
sindicato defendendo seus direitos e
os interesses sociais para uma UFMG
pública, gratuita, inclusiva, livre, laica
e de qualidade!

f t i
@APUBHUFMG SINDICATO
WWW.APUBH.ORG.BR
APUBH@APUBH.ORG.BR

Rua Artur Itabirano, 70 - São José/Pampulha
Belo Horizonte/MG CEP 31275-020
(31) 3441 7211

PROFESSORA, PROFESSOR:

Participar!

LUTAR POR NOSSOS DIREITOS E
DEFENDER
A EDUCAÇÃO PÚBLICA
É TAREFA NOSSA!

● **A UFMG**, assim como todas as instituições públicas de educação do país, sobrevive em tempos de austeridade. Cortes de verbas e de financiamento à pesquisa, perda da autonomia, fim da gratuidade e do sistema de cotas, imposições à privatização, ameaças recorrentes à liberdade de expressão e pensamento, ataques à representação sindical são situações que afetam diretamente quem faz da universidade o seu lugar de convivência, de trabalho e de estudo. É momento da nossa mobilização e ação na defesa dos nossos direitos e da UFMG pública, gratuita e inclusiva. Aqui compartilhamos alguns desafios para essa luta como um chamado para que você participe das atividades do sindicato e proponha reflexões e ações nos nossos espaços coletivos: assembleias, mesas de debate, cineclube, atividades culturais, atos e manifestações e na sua unidade acadêmica. O APUBH se fortalece com a participação ativa de todas e todos. ●

APUBH E
UFMG NA
RESISTÊNCIA